



Cultura, participação e sustentabilidade: contribuições para novos modelos de desenvolvimento

Culture, participation and sustainability: contributions to new models of development

Cultura, participación y sostenibilidad: aportes a nuevos modelos de desarrollo

Grupo temático 07 - Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

Victória Bassan Mineto, Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE), Brasil

Renata Storti Pereira, Universidade de São Paulo (USP) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP)

Cláudia Souza Passador, Universidade de São Paulo (USP) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP)

RESUMO

A cultura tem sido historicamente tratada como um elemento periférico nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, apesar de estruturar modos de vida, valores, formas de participação social e percepções sobre o futuro. Diante da incorporação inédita da cultura na agenda da COP30 e da urgência climática, este estudo buscou responder à pergunta: de que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis?. Para isso, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, reunindo estudos teóricos, empíricos e conceituais sobre cultura, mobilização social, políticas culturais e sustentabilidade. Os resultados indicam que a cultura influencia diretamente a forma como indivíduos e comunidades interpretam o mundo, constroem aspirações e se mobilizam coletivamente, sendo, portanto, um vetor estratégico para processos de transformação social. Identifica-se ainda que políticas culturais - especialmente quando articuladas à educação, saberes tradicionais e regeneração urbana - podem fortalecer o engajamento comunitário e ampliar horizontes de justiça ambiental e cultural. O estudo conclui que incorporar a cultura de maneira transversal nas políticas públicas é fundamental para ampliar a efetividade das estratégias de desenvolvimento sustentável. Por fim, aponta limites metodológicos da revisão e sugere a realização de pesquisas empíricas e revisões sistemáticas para aprofundar a relação entre cultura e sustentabilidade.

Palavras-chave: cultura, políticas públicas culturais, desenvolvimento e sustentabilidade.

ABSTRACT

Culture has historically been treated as a peripheral element in discussions about sustainable development, despite structuring ways of life, values, forms of social participation, and perceptions of the future. Given the unprecedented incorporation of culture into the COP30 agenda and the climate emergency, this study sought to answer the question: how does culture contribute to building more sustainable development models? To this end, an integrative literature review was conducted, bringing together theoretical, empirical, and conceptual studies on culture, social mobilization, cultural policies, and sustainability. The results indicate that culture directly influences how individuals and communities interpret the world, build aspirations, and mobilize collectively, thus being a strategic vector for processes of social transformation. It is also identified that cultural policies – especially when articulated with education, traditional knowledge, and urban regeneration – can strengthen community engagement and broaden horizons of environmental and cultural justice. The study concludes that incorporating culture across the board in public policies is fundamental to increasing the effectiveness of sustainable development strategies. Finally, it points out methodological limitations of the review and suggests conducting empirical research and systematic reviews to further explore the relationship between culture and sustainability.

Keywords: culture; cultural public policies; development and sustainability.

RESUMEN

Históricamente, la cultura se ha tratado como un elemento periférico en los debates sobre desarrollo sostenible, a pesar de estructurar modos de vida, valores, formas de participación social y percepciones del futuro. Dada la



incorporación sin precedentes de la cultura en la agenda de la COP30 y la emergencia climática, este estudio buscó responder a la pregunta: ¿cómo contribuye la cultura a la construcción de modelos de desarrollo más sostenibles? Para ello, se realizó una revisión bibliográfica integradora que reunió estudios teóricos, empíricos y conceptuales sobre cultura, movilización social, políticas culturales y sostenibilidad. Los resultados indican que la cultura influye directamente en cómo las personas y las comunidades interpretan el mundo, construyen aspiraciones y se movilizan colectivamente, siendo así un vector estratégico para los procesos de transformación social. También se identifica que las políticas culturales, especialmente cuando se articulan con la educación, los conocimientos tradicionales y la regeneración urbana, pueden fortalecer la participación comunitaria y ampliar los horizontes de la justicia ambiental y cultural. El estudio concluye que la incorporación transversal de la cultura en las políticas públicas es fundamental para aumentar la eficacia de las estrategias de desarrollo sostenible. Finalmente, señala las limitaciones metodológicas de la revisión y sugiere realizar investigaciones empíricas y revisiones sistemáticas para profundizar en la relación entre cultura y sostenibilidad.

Palabras clave: cultura; políticas públicas culturales; desarrollo y sostenibilidad

1. Introdução

O tema de desenvolvimento sustentável é tido hoje como um dos principais assuntos discutidos internacionalmente. Diversos países reconhecem a relevância dessa agenda para manutenção das condições de vida no planeta, sendo por isso signatários de acordos que pactuam metas e objetivos para desacelerar o processo da mudança do clima, assim como reduzir seus impactos nas populações (COP30, 2025). Neste sentido, foi realizada recentemente a COP30 em Belém (PA), encontro de países signatários da UNFCCC iniciada na Rio-92, e que busca “tomar as decisões necessárias para implementar os compromissos assumidos pelos países no combate à mudança do clima” (COP30, 2025).

Durante o evento, em meio às narrativas de Ação Climática, apareceu pela primeira vez o tema da cultura como aspecto a ser considerado para a proteção do meio ambiente (Souto, 2025). A cultura, neste contexto, foi reconhecida devido ao seu poder de mobilização e de provocar emoções e pensamentos críticos, sendo por isso um relevante ator político e climático. Ainda sobre o tema, a atual primeira-dama do Brasil, Janja Lula da Silva, comentou que “Falar de cultura e ação climática é falar sobre vida, identidade, resistência e resiliência das pessoas e das comunidades. (...) E, com esta fortaleza cultural, podemos encontrar soluções para os dilemas globais” (COP30, 2025).

A cultura foi então colocada como mais um fator importante a ser considerado na equação da sustentabilidade, aspecto ainda pouco abordado em meio às discussões sobre mudança do clima. A raridade dessa abordagem levanta questionamentos e torna relevante investigá-la, pois, como aponta a atual primeira-dama, a cultura articula dimensões diretamente relacionadas à vida e, por isso, deve ser valorizada no processo de construção de um mundo mais sustentável. Neste sentido, a pergunta “De que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis?” guiou as buscas deste trabalho, tendo como objetivo geral analisar de que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Para isso, o estudo busca: (1) identificar como a cultura tem sido abordada na literatura sobre sustentabilidade; (2) examinar a relação entre cultura, mobilização social e ação climática; e (3) discutir as potenciais contribuições da cultura para perspectivas ampliadas de desenvolvimento sustentável.

Para respondê-la, foi realizada uma revisão integrativa da literatura a respeito da cultura como motor de mobilização social e a sua relação com a temática da sustentabilidade. A análise dialoga com contribuições da antropologia, dos estudos culturais e do campo do desenvolvimento, que compreendem a cultura como dimensão estruturante dos modos de vida, da participação social e das aspirações coletivas.

Os resultados da pesquisa podem ser considerados relevantes para um tema tão atual como o das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável, especialmente diante da urgência em pensarmos em mais e melhores maneiras de agir em prol dos ecossistemas e da consequente permanência da vida na Terra.

O estudo está dividido em 5 partes, a começar por essa introdução. Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Na terceira seção, apresenta-se os referenciais teóricos com os principais autores e contribuições a respeito dos temas cultura e sustentabilidade. Na sequência, desenvolve-se a análise e discussão dos achados da revisão, que fundamentam a construção argumentativa do trabalho. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que respondem à pergunta norteadora e indicam possíveis caminhos para avanços futuros no tema.

2. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho utilizou a revisão integrativa da literatura como método principal de investigação. Esse tipo de revisão permite reunir diferentes tipos de estudos, sejam experimentais, não-experimentais, teóricos, empíricos ou conceituais, ampliando a compreensão sobre um fenômeno (Broome, 2000; Souza, Silva & Carvalho, 2010; Whittemore & Knafl, 2005). A ideia de “integrativa”, proposta em seu nome, vem da ideia de integrar o que existe de conhecimento na literatura, assim como as lacunas de conhecimento a serem preenchidas por novos estudos, para proporcionar novas construções no campo científico (Botelho, Cunha & Macedo, 2011).

Botelho, Cunha & Macedo (2011), trazem a revisão integrativa como “uma proposta de revisão da literatura a ser utilizada no campo organizacional, mais precisamente, como aplicar tal método em estudos da Ciência da Administração” (Botelho, Cunha & Macedo, 2011, p. 123), a qual propõem a aplicação dos resultados na prática organizacional, sendo conhecida neste contexto como Gestão Baseada em Evidências (Botelho, Cunha & Macedo, 2011), interpretação que interessa a este trabalho.

A elaboração de uma revisão integrativa é descrita pelos autores Broome (2000), Whittemore e Knafl (2005), Torraco (2005), Mendes, Silveira e Galvão (2008), Souza, Silva e Carvalho (2010), Botelho, Cunha e Macedo (2011) que, de forma semelhante, informam que o seu processo envolve seis fases, sendo a primeira delas a definição de uma pergunta norteadora. Quanto mais específica, mais fácil será a operacionalização da pesquisa e seleção das informações apropriadas (Whittemore & Knafl, 2005). Posteriormente à definição da pergunta, são elencadas as palavras-chave para a realização da busca na literatura (Broome, 2000; Mendes, Silveira & Galvão, 2008), a qual deve ser selecionada de acordo com critérios de inclusão e/ou exclusão previamente definidos (Torraco, 2005).

Após a seleção da literatura, ocorre o momento de extração das informações relevantes para a construção argumentativa, que pode ser organizada em formatos e categorias variadas, que facilitem estabelecer comparações e relações (Whittemore & Knafl, 2005). Este processo de sistematização dos achados é seguido pela análise de seu conteúdo, de forma a categorizar, ordenar, manipular e sumarizar os dados para obter a resposta da pergunta de pesquisa (Broome, 2000). Esta última é seguida pela etapa de elaboração do documento, contemplando a descrição das etapas percorridas ao longo do trabalho e os principais resultados evidenciados da análise (Mendes, Silveira & Galvão, 2008, p. 763).

A escolha pelo método de revisão integrativa da literatura se deu, pois, como indicado, permite aprofundar o conhecimento a respeito de uma área de estudo, através da síntese de múltiplos estudos publicados (Torraco, 2005), assim como permite dar suporte à tomada de decisão, melhorando a prática profissional (Mendes, Silveira & Galvão, 2008). Por isso, a proposta de realizar uma síntese de evidências que respondam à pergunta de pesquisa “De que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis?”, é que esta possa apoiar a tomada de decisão de gestores envolvidos em projetos de sustentabilidade, compreendendo a cultura nesse processo. A importância desta investigação e de sua prática se dá, pois os temas de cultura e desenvolvimento sustentável devem ser melhor articulados, dado que desenvolvimento, além de um processo econômico, é também social e cultural, afetando radicalmente seus elementos (Clammer, 2012), exigindo por isso, que melhores práticas sejam aplicadas no campo de sua gestão.

Com a metodologia definida, foi delineada a pergunta norteadora de pesquisa que, após alguns ajustes, foi determinada como “De que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis?”, tendo como objetivo principal analisar de que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. A partir da pergunta e do objetivo geral, foram pensados objetivos específicos que guiaram a elaboração de palavras-chave para a realização da busca na literatura, sendo estes objetivos os de: (1) identificar como a cultura tem sido abordada na literatura sobre sustentabilidade; (2) examinar a relação entre cultura, mobilização social e ação climática; (3) discutir as potenciais contribuições da cultura para perspectivas ampliadas de desenvolvimento sustentável. Como palavras-chave, foram estabelecidas as palavras “cultura”, “sustentabilidade”, “políticas públicas culturais” e “desenvolvimento”, que, ao serem conectadas em meio às buscas, foi possível encontrar literatura mais específica e que compreendesse melhor o tema estudado. Todas as buscas mencionadas foram realizadas no segundo semestre de 2025, entre os meses de agosto e dezembro.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases Google Acadêmico e SciELO, complementada por busca manual nas referências dos trabalhos previamente selecionados (*snowballing*). Foram utilizadas combinações entre as palavras-chave definidas, em português e inglês, com operadores booleanos simples, como AND e OR, buscando ampliar a aderência temática dos resultados encontrados.



Após as primeiras buscas realizadas no Google Acadêmico, foram selecionados trabalhos em que foi feita uma triagem por etapas (Torraco, 2005). Primeiramente, foram lidos títulos e resumos para verificação de aderência temática. Em seguida, os textos potencialmente relevantes foram analisados integralmente. Como critérios de inclusão, consideraram-se: (i) relação direta com os temas cultura, sustentabilidade, políticas culturais, mobilização social ou desenvolvimento; (ii) publicações em periódicos revisados por pares, livros acadêmicos ou documentos institucionais reconhecidos; e (iii) contribuição conceitual ou analítica ao problema de pesquisa. Foram excluídos textos duplicados, sem aderência temática ou sem densidade analítica suficiente.

Neste ponto de busca e análise do conhecimento, houve uma limitação no estudo, pois não foi realizada uma revisão sistemática da literatura, dado que não foram realizadas as exigências formais de uma revisão sistemática, como protocolo prévio, avaliação detalhada da qualidade de cada estudo e rastreabilidade completa da busca como sugerem os autores Whitemore e Knafl (2005) e Botelho, Cunha e Macedo (2011) para a revisão integrativa da literatura. Também se reconhece como limitação a não utilização de bases internacionais especializadas, como Web of Science, Scopus ou Dimensions, o que pode ter restringido o alcance de parte da produção científica internacional sobre o tema. Por isso, o estudo pode conter vieses de seleção, mas que não comprometem os objetivos deste estudo, já que a proposta é explorar como a literatura trata o papel da cultura em processos de desenvolvimento sustentável. Estes são aspectos que podem ser explorados em pesquisas futuras ao utilizar métodos mais rígidos, como revisões sistemáticas ou scoping reviews.

Depois de selecionados, os estudos foram sistematizados de acordo com categorias relevantes para a análise, de forma a “codificar” as informações (Broome, 2000), que foram organizadas em uma planilha facilitando suas comparações (Whitemore & Knafl, 2005). As categorias definidas foram: “Cultura: conceitos fundamentais”, “Cultura e Desenvolvimento”, “Cultura, Participação e Sustentabilidade” e “Cultura como Agente Político e Mobilizador”. A categorização teve caráter analítico-indutivo, sendo construída a partir das informações identificadas na literatura selecionada e de sua relevância para responder à pergunta de pesquisa.

Posteriormente a sua sistematização, foi realizada a análise sobre o conteúdo selecionado, possibilitando o estabelecimento de conexões para escrita e construção do documento. Neste processo, foi realizada a descrição das etapas percorridas no processo de pesquisa, os principais resultados encontrados em meio a análise dos artigos incluídos e as implicações resultantes da revisão integrativa (Mendes, Silveira & Galvão, 2008). Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), a construção do documento síntese das evidências e suas conclusões é de extrema importância, impactando positivamente o campo, devido ao acúmulo do conhecimento existente sobre a temática pesquisada de forma condensada, organizada e analisada.

3. Referencial Teórico

A discussão sobre cultura e sua relação com o desenvolvimento sustentável envolve diferentes camadas: simbólicas, sociais, políticas e ambientais. Por isso, para construir uma análise consistente, é importante revisar autores que ajudam a compreender como a cultura estrutura modos de vida, influencia processos de mudança social e se conecta tanto às políticas públicas quanto à mobilização coletiva. Nesta seção, são apresentados os principais debates que sustentam essa compreensão, articulando autores brasileiros e internacionais que discutem a relação entre cultura, desenvolvimento e sustentabilidade.

Em termos de organização, o referencial teórico foi estruturado de acordo com os códigos utilizados para sistematização da literatura: “Cultura: conceitos fundamentais”, “Cultura e Desenvolvimento”, “Cultura, Participação e Sustentabilidade” e “Cultura como Agente Político e Mobilizador”. Esta disposição dos autores permite compreender, dentro da construção argumentativa, quem são aqueles que mais se aprofundam em determinados aspectos, facilitando a busca por mais informações.

3.1 Cultura: conceitos fundamentais

Em termos de “Cultura: conceitos fundamentais”, os autores Geertz (1973), Velho e Castro (1978), Laraia (1986) e Ortiz (2008) são os principais em sua discussão. A noção de cultura é abordada por Geertz (1973), Velho e Castro (1978) e Laraia (1986), a partir da noção de que cultura não é algo biologicamente determinado, mas sim algo construído e ensinado socialmente. Esse aprendizado é também conhecido por “endoculturação”, em que as interações do indivíduo com o meio em que está inserido ensinam-lhe como falar, se comportar, os valores e crenças aceitos socialmente (Laraia, 1986; Geertz, 1973), o fazendo aceder à sua essência “enquanto membro de sociedade” (Tylor, 1871 as cited in Velho & Castro, 1978).



ARTIGO

A comunicação pode ser considerada instrumento de transmissão e acumulação cultural dos seres humanos (Laraia, 1986). Essa, assim como a cultura, pode ser definida como um conjunto complexo de códigos, formado por regras de interpretação da realidade, que asseguram a ação coletiva de um grupo, dando sentido ao mundo natural e social em que se encontram (Velho & Castro, 1978; Ortiz, 2008). Geertz (1973), propõe a ideia de “símbolos significantes” que, além das palavras, os gestos, desenhos, sons musicais, artifícios mecânicos como relógios, ou objetos naturais como jóias, são coisas que podem ser usadas para impor um significado à experiência. Por isso, é fundamental compreender que a interpretação e internalização destes símbolos faz com que os indivíduos imersos nestas sociedades tomem decisões coerentes com a sua organização social (Velho & Castro, 1978; Geertz, 1973).

De acordo com Velho e Castro (1980), a Antropologia ocidental assumiu como cultura a ideia de alteridade, ou seja, a existência do “outro”, diferente em termos de costumes e valores, como sujeito presente no mundo das relações intersubjetivas. No entanto, na maioria dos casos, aqueles que são vistos como diferentes são julgados por seus costumes (Geertz, 1973; Laraia, 1986). Esse julgamento pela diferença, parte da perspectiva de colocar a própria cultura como única e verdadeira e, por isso, a “correta” a se seguir pelos demais povos, em um processo em que costumes e valores são realçados para depois contrapô-los a outros (Ortiz, 2008) situação que pode gerar diversos tipos de opressões e conflitos sociais (Laraia, 1986), dado que a referência não é a humanidade, mas sim o grupo a qual pertence o sujeito.

3.2 Cultura e Desenvolvimento

O tema de “Cultura e Desenvolvimento” foi discutido por Appadurai (2004), Ortiz (2008), Clammer (2012) e Calabre (2019). Segundo os autores, a visão sobre desenvolvimento que é vinculada à ideia de progresso, costuma estar conectada à produção material (Calabre, 2019), deixando o aspecto cultural de fora desta perspectiva (Clammer, 2012). Essa percepção de desenvolvimento como resultado econômico guiou a humanidade para o atual cenário de intensificação de desigualdades e superexploração dos recursos naturais (Calabre, 2019), tendo como orientação das aspirações dos indivíduos - envolvendo seus desejos, preferências e escolhas - a ascensão econômica (Appadurai, 2004). Neste sentido, Ortiz (2008), questiona se a percepção sobre desenvolvimento, como fator intimamente ligado à economia, não poderia ser considerado um valor cultural que privilegia um aspecto da vida em sociedade, levando em conta uma projeção eurocêntrica do mundo.

A respeito disso, Clammer (2012) afirma que “a economia não só está inserida na cultura, como é ela própria cultura - um sistema de valores, avaliações, processos de produção, consumo e troca, e de arranjos sociais baseados em padrões específicos de organização desses processos” (Clammer, 2012, p. 39). À vista disso, o desenvolvimento não é apenas um processo político ou econômico, mas também social e cultural, afetando os elementos que as compõem (Clammer, 2012). Por isso, articular cultura e desenvolvimento “prioriza a agência em detrimento da estrutura e, portanto, chama a atenção para a capacitação e as escolhas, para as estratégias e resistências que Pierre Bourdieu entende em outro contexto como sendo a natureza voluntarista da própria cultura” (Clammer, 2012, p. 42).

Contudo, essa articulação deve ocorrer com uma prévia compreensão crítica da cultura vigente e de seu olhar para o desenvolvimento. A partir disso, pode-se problematizar a ideia de desenvolvimento com base em seus objetivos e ações, e elaborar novas formas de se pensar o desenvolvimento, considerando, por exemplo, a valorização dos saberes indígenas em sua concepção (Clammer, 2012). Citado por Clammer (2012), Habermas afirma que “a expressão negativa da modernidade é a colonização dos mundos da vida das pessoas” (Clammer, 2012, p. 51). Logo, descolonizar estes “mundos da vida” pode ser visto como um movimento de desenvolvimento alternativo que envolve transformações pessoais e sociais, incluindo estruturas e instituições, de forma a pensar em um “desenvolvimento integrado em que os elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, espirituais e ambientais estejam holisticamente relacionados. Os estudos de desenvolvimento tornam-se, então, no melhor sentido do termo, futurologia” (Clammer, 2012, p. 51).

3.3 Cultura, Participação e Sustentabilidade

Com relação à “Cultura, Participação e Sustentabilidade”, Appadurai (2004), Elsley e McMellon (2010), Clammer (2012), Calabre (2019) e Dias (2023) discutem o tema por diferentes perspectivas. Para se falar de participação no contexto da cultura, primeiro é necessário pontuar que a cultura é tida como um direito humano pela UNESCO desde a década de 1960, tendo como uma de suas diretrizes que os Estados deveriam garantir que

seus cidadãos façam parte da vida cultural (Dias, 2023). Essa participação, segundo o organismo internacional, possibilita a cada pessoa “obter os meios de desenvolver a sua personalidade, através da sua participação direta na criação de valores humanos, e de se tornar, desta forma, responsável pela sua situação, seja a nível local ou mundial (UNESCO, 1970a:107)” (Dias, 2023, p. 9).

Nesta perspectiva, a participação cultural pode influenciar positivamente o processo de desenvolvimento, pois pode inspirar tomadas de decisão por meio do empoderamento individual e comunitário (Clammer, 2012), enriquecendo vidas humanas com ligações e vivências culturais significativas, e ampliando as liberdades individuais (Calabre, 2019). No entanto, o que se percebe em diversas sociedades é a desigualdade existente em meio às populações e que, quanto melhor for a situação de uma pessoa, em termos de poder, dignidade e recursos materiais, maior a possibilidade de expressar suas aspirações em desejos e vontades concretos e individuais (Appadurai, 2004).

Sobre isso, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do IBGE (2011-2022), que se utiliza do Framework for Cultural Statistics (FCS) da UNESCO, apresenta dados relevantes sobre a desigualdade do acesso à cultura no Brasil. De acordo com o relatório, 5,6% das famílias com a pessoa de referência sem instrução possuíam 2 ou mais TVs de tela fina no domicílio, enquanto para as famílias com a pessoa de referência com superior completo esse percentual é de 51,3%. Com relação à categoria de cor ou raça, os percentuais eram de 31,3% para pessoas brancas e 16,0% para pessoas pretas ou pardas (IBGE, 2023). Em termos regionais, as desigualdades também apareceram ao demonstrar que o percentual de municípios com deslocamento superior a 1 hora para acesso aos equipamentos culturais de cinemas, teatros e museus, são de 71,83% para a região Norte, 39,53% para o Centro-Oeste, 26,9% para o Nordeste, 11,16% para o Sudeste e 6,73% para o Sul (IBGE, 2023).

De acordo com Elsley e McMellon (2010), o capital cultural tem impacto no desempenho educacional, podendo, por isso, ser um fator que contribui para a manutenção das desigualdades sociais. De acordo com os autores, “a participação na cultura e nas artes pode melhorar a autoconfiança e a autoestima, promover a saúde mental e o bem-estar, melhorar o desempenho acadêmico, promover a coesão comunitária, levar ao emprego e à educação continuada, e resultar em muitos outros benefícios para indivíduos e comunidades” (Elsley & McMellon, 2010, p. 4).

Além disso, a aspiração à prática cultural está diretamente relacionada à sua vivência (Calabre, 2019), por isso, para que seja integrada em um projeto de desenvolvimento, é preciso conhecê-la e praticá-la para “determinar que tipos de cultura desejamos para promover a realização humana e a justiça ecológica” (Clammer, 2012, p. 49). Por isso, a ampliação de sua participação é de extrema importância para a democratização das escolhas com relação ao futuro, pois quando não há poder de escolha, as pessoas “se tornam vítimas da ganância e da arrogância dos outros” (Clammer, 2012, p. 149).

3.4 Cultura como Agente Político e Mobilizador

Em referência a “Cultura como Agente Político e Mobilizador”, os autores em discussão são Matarasso (1997), Appadurai (2004), Ortiz (2008), Clammer (2012), Silva (2014), Barbalho (2019) e Calabre (2019). Nesta seção importa demonstrar como a cultura é vista como um meio em que os seres humanos podem exercer os princípios democráticos, garantindo a efetividade da diversidade cultural e contribuindo para a diminuição de explorações e opressões das mais variadas (Calabre, 2019). Neste sentido, trabalhar a cultura se constitui como forma de questionar e “transformar as normas, o habitus que nos constitui como sujeitos, para deslegitimar aquilo que se apresenta como natural (e sabemos que é histórico), e para revelar outras possibilidades de individuação e de vida” (Calabre, 2019, p. 210). Os benefícios individuais possibilitados pela arte impactam o indivíduo e o coletivo, pois ao fortalecer a autoconfiança de pessoas pertencentes a grupos minoritários e marginalizados, contribui para a coesão social (Matarasso, 1997).

Esses efeitos obtidos da participação na vida cultural, demonstram o potencial democrático e seu incentivo à participação social (Matarasso, 1997). Movimentos artísticos, a exemplo do Expressionismo e o Surrealismo, foram correntes que propiciaram significativa mudança de sensibilidades, da compreensão sobre a articulação entre cultura e transformação social e pela introdução de novas políticas culturais e de gênero (Clammer, 2012), influenciando fortemente movimentos sociais de sua época. Além de ser influenciado pela cultura, Barbalho (2019), propõe que todos os movimentos sociais, em diferentes graus e intensidade, promovem cultura ao estabelecerem antagonismos simbólicos em relação à cultura política vigente, sendo vistas como “importantes

fontes de criatividade social e cultural em que novas formas de subjetividade, identidade e agência são testadas” (Clammer, 2012, p. 23), devido a sua atuação por meio da experimentação social criativa.

Um importante mecanismo de garantir o acesso e participação da população na vida cultural são as políticas públicas culturais, as quais, segundo Calabre (2019), “deveriam basicamente cumprir três funções: orientar o desenvolvimento simbólico; satisfazer as necessidades culturais da população; obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social” (Calabre, 2019, p.136). Considerações sobre a elaboração e promoção de políticas públicas presentes na Declaração do México sobre Políticas Culturais, elaborada durante a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT) da UNESCO, em 1982, afirmam que a cultura engloba “além das artes e letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (Calabre, 2019, p. 51). Por isso, pensar políticas culturais, envolve também trabalhar aspectos cotidianos, como a valorização do papel feminino nas comunidades ou a criação de mecanismos para melhorar a experiência do turismo local, sendo importante, em qualquer proposta cultural, a observação e avaliação de seus resultados (Ortiz, 2008).

Esse trabalho com questões comuns ao dia-a-dia, pode “contribuir com a formação de uma sociedade mais humana, mais crítica, menos desigual nas formas de fazer, de ser, de ver e de estar” (Calabre, 2019, p. 211). Sendo importante considerar, em meio à vivência cultural nas artes e nas humanidades, a “libertação do pensamento, do estímulo à crítica consciente, da não repressão da diferença” (Calabre, 2019, p. 211) em sua elaboração e implementação. Neste mesmo sentido, Calabre (2019) cita Victor Vich (2014), ao mencionar sua obra “Desculturalizar a cultura: a gestão cultural como forma da ação política”, que traz a “necessidade da construção de novos imaginários sociais que contribuam com a descolonização [e] com a ‘deselitização’ da sociedade” (Calabre, 2019, p. 196).

Reconhecer esse papel da cultura, também importa para questões relevantes no âmbito do desenvolvimento, dado que para uma mudança social efetiva, é preciso trabalhar as subjetividades dos indivíduos (Clammer, 2012), processo que pode ser considerado como uma forma de “desculturalizar” a cultura, dado que permite “promover alterações nos cotidianos cristalizados e hierarquizados, permitindo que os atores sociais construam novas imagens sobre si mesmos e possam produzir transformações sociais” (Calabre, 2019, p. 210).

Apesar de políticas de desenvolvimento e as políticas culturais não serem normalmente relacionadas, está surgindo um discurso em que se aponta a necessidade de aproximá-las (Clammer, 2012). Isso porque, um desenvolvimento humano integral envolve segurança material básica e o bem-estar, e a cultura pode alimentar este último dado que promove “o aprimoramento da expressão e da performatividade, a liberdade de buscar a autorrealização e o significado, o acolhimento e o incentivo à criatividade, a expansão de nossa imaginação e imaginários, e a conquista de uma situação em que possamos explorar livremente as riquezas de nossas heranças coletivas e nossas subjetividades individuais” (Clammer, 2012, p. 73).

Neste sentido, pensar em políticas de desenvolvimento que envolvam cultura, passa por aspectos como recorrer às chamadas culturas tradicionais, que valorizam as relações entre humanos e natureza, valorizando aspectos como a cooperação entre a comunidade e com o meio ambiente baseados em princípios como o igualitarismo, a independência política e economias de base local (Clammer, 2012). Outra forma de articular cultura e desenvolvimento é por meio da intersetorialização das políticas culturais com outros temas caros para a sociedade, como a educação. Silva (2014), afirma que poucas políticas públicas tiveram resultados expressivos quanto aquelas que trabalharam o tema da cultura junto ao da educação, em que as perspectivas exploradas “de educar para a cultura, educar para a diversidade, educar para a diferença ou educar para a conservação patrimonial ou das culturas tradicionais ocupou centralidade nas narrativas socioculturais de nosso tempo” (Silva, 2014, p.2).

Nessa perspectiva, uma proposta de aprendizagem transformadora é aquela que visa educar para a qualidade de vida, implicando uma “Visão Ecozoica Transformadora” (Clammer, 2012, p. 155). Essa percepção de educação envolve elementos como o “reencantamento da natureza, a percepção da educação em um contexto planetário, o cultivo da ideia de um eu ecológico, a redefinição de nossa cultura no contexto do que ele chama, seguindo Thomas Berry, de ‘história do universo’ (o desdobramento e o desenvolvimento evolutivo do contexto cosmológico total no qual nossa cultura e instituições existem) e a revisão da educação como sendo para o que ele denomina desenvolvimento integral - uma concepção holística da pessoa humana criativa dentro da matriz primordial da própria Terra” (O’Sullivan 1999 as cited in Clammer, 2012, p. 155). Estes são exemplos de elementos centrais para uma transformação cultural que questiona a lógica social estabelecida e transforma a percepção dos jovens sobre sua participação dentro de seu lugar no universo, tendo co-responsabilidade em transformá-lo (Clammer, 2012).



ARTIGO

Outro tipo de projeto que envolve cultura e desenvolvimento e que está sendo bastante explorado mundo afora, é aquele que visa a revitalização de áreas degradadas por meio de usos culturais e/ou turísticos, aspectos que contribuem com desenvolvimento local (Calabre, 2019). Esses projetos artísticos realizados localmente fortalecem “o compromisso das pessoas com os lugares e seu engajamento na resolução de problemas, especialmente no contexto da regeneração urbana. Eles incentivam e fornecem mecanismos para abordagens criativas de desenvolvimento e resolução de problemas, e oferecem oportunidades para que comunidades e instituições assumam riscos de forma positiva” (Matarasso, 1997, p. 74).

Todavia, nem sempre projetos como estes garantem os direitos culturais, como melhoria em seu acesso e fruição, aspecto que traz um questionamento: “estamos transformando as cidades mediante o conhecimento e a cultura ou convertemos as cidades em espetáculo cultural sem modificar as desordens estruturais?” (García Canclini, 2008 as cited in Calabre, 2019, p. 201). Por isso, nesse processo de elaboração de políticas, envolver a população é também essencial para caminhar na direção de planos para um desenvolvimento realmente sustentável, pois esses espaços permitem trocas sobre os desafios que diferentes comunidades enfrentam em seus próprios ambientes, promovendo compreensão das diferenças culturais para estabelecer negociações (Appadurai, 2004).

4. Análise e Discussão dos Achados da Revisão

Para sistematizar os principais achados da literatura e evidenciar as relações entre os autores analisados, apresenta-se a seguir um quadro síntese das contribuições teóricas identificadas na revisão.

Quadro 1 - Síntese das contribuições teóricas sobre cultura e desenvolvimento sustentável

Eixo analítico	Autores principais	Contribuições centrais	Implicações para o desenvolvimento sustentável
Cultura como construção social	Geertz (1973); Laraia (1986); Velho & Castro (1978); Ortiz (2008)	Cultura como sistema de significados, códigos e valores socialmente construídos que orientam a ação coletiva.	A cultura molda os modos de vida, de modo que crenças, valores e práticas culturais orientam percepções e escolhas, podendo favorecer trajetórias de desenvolvimento mais sustentáveis.
Cultura e desenvolvimento	Appadurai (2004); Clammer (2012); Calabre (2019); Ortiz (2008)	Desenvolvimento como processo também cultural, influenciado por aspirações, valores e estruturas simbólicas.	Necessidade de repensar o desenvolvimento para além da lógica econômica, incorporando dimensões culturais.
Cultura, participação e desigualdade	Appadurai (2004); Elsley & McMellon (2010); Calabre (2019); Dias (2023); IBGE (2023)	Acesso à cultura influencia capacidades de participação, educação e construção de aspirações.	Desigualdades culturais limitam a participação social e a construção de futuros sustentáveis.
Cultura como mobilização e ação política	Matarasso (1997); Clammer (2012); Barbalho (2019); Calabre (2019); Silva (2014)	Cultura como espaço de engajamento, formação de identidades e transformação social.	Políticas culturais podem fortalecer a mobilização social, democracia e justiça ambiental.
Cultura e políticas públicas	Calabre (2019); Clammer (2012); Silva (2014)	Políticas culturais como instrumentos de desenvolvimento simbólico, inclusão e transformação social.	Integração entre cultura, educação e sustentabilidade amplia a efetividade das políticas públicas.
Cultura e práticas de	Clammer (2012);	Saberes tradicionais, educação	A cultura contribui para soluções

desenvolvimento sustentável	Matarasso (1997); Calabre (2019)	transformadora e regeneração urbana como caminhos práticos.	contextualizadas, sustentáveis e socialmente engajadas.
-----------------------------	----------------------------------	---	---

Fonte: elaboração própria.

A partir dessa sistematização (Quadro 1), da síntese da literatura e dos objetivos específicos estabelecidos, esta seção discute de que maneira a cultura se configura como dimensão estratégica na construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Mais do que um elemento simbólico, os estudos analisados indicam que a cultura influencia valores, capacidades de participação social, formas de mobilização coletiva e a própria forma como indivíduos e comunidades interpretam e respondem aos desafios socioambientais contemporâneos.

No que se refere ao primeiro objetivo - compreender como a cultura aparece na literatura sobre sustentabilidade -, observa-se que ainda persiste um distanciamento significativo entre os dois campos. De modo geral, o desenvolvimento segue sendo associado à ideia de progresso econômico, orientando aspirações individuais e coletivas em direção à acumulação material. No entanto, a análise dos estudos revela que essa própria concepção de desenvolvimento é culturalmente construída, baseada em valores historicamente situados que privilegiam determinados modelos de organização social e econômica. Nesse sentido, compreender a cultura como dimensão estruturante permite questionar a naturalização desses modelos e abrir espaço para a construção de alternativas que integrem, de forma mais equilibrada, aspectos sociais, ambientais e simbólicos do desenvolvimento.

Essa perspectiva reforça que a cultura não pode ser tratada como um elemento acessório nas políticas de sustentabilidade, mas sim como um fator que molda percepções, orienta escolhas e influencia práticas sociais. Ao reconhecer que os modos de vida são culturalmente construídos e transmitidos, torna-se possível compreender que transformações sustentáveis exigem também mudanças nos valores, nas narrativas e nos imaginários coletivos que orientam a ação social. Esse conjunto de evidências, por sua vez, ajuda a compreender por que a cultura passa a ocupar espaço em agendas globais recentes, como a COP30, ao evidenciar seu papel na mobilização social e na construção de respostas aos desafios climáticos.

Em relação ao segundo objetivo - examinar a relação entre cultura, mobilização social e ação climática -, a análise evidencia que a cultura exerce um papel central na construção de capacidades individuais e coletivas de participação. A vivência cultural contribui para o desenvolvimento da autoconfiança, do senso de pertencimento e da capacidade de articulação social, elementos fundamentais para o engajamento em processos de transformação. Nesse sentido, a cultura pode ser compreendida como um espaço de exercício democrático, no qual valores, identidades e visões de mundo são construídos, disputados e transformados.

Entretanto, essa potencialidade encontra limites importantes quando se considera a desigualdade no acesso à cultura. Os achados indicam que diferenças econômicas, raciais e territoriais impactam diretamente as oportunidades de participação na vida cultural, o que, por sua vez, influencia a capacidade de indivíduos e grupos de se engajarem em debates públicos e processos decisórios. No contexto brasileiro, esses padrões de desigualdade indicam que o acesso à cultura não é apenas uma questão de fruição, mas também um fator que condiciona a participação social e a construção de futuros possíveis. Assim, a exclusão cultural contribui para a reprodução de desigualdades mais amplas, afetando não apenas trajetórias educacionais e profissionais, mas também a capacidade de determinados grupos influenciarem agendas relacionadas à sustentabilidade.

Diante desse cenário, as políticas públicas culturais emergem como instrumentos estratégicos para a redução dessas desigualdades e para o fortalecimento da participação social. Quando orientadas para a democratização do acesso e para a valorização da diversidade cultural, essas políticas podem ampliar as capacidades de aspiração, estimular a construção de novos imaginários sociais e fortalecer processos de mobilização coletiva. Isso sugere que a integração entre cultura e políticas de sustentabilidade não deve se limitar a iniciativas pontuais, mas sim se constituir como eixo estruturante das estratégias de desenvolvimento.

No que se refere ao terceiro objetivo - discutir as contribuições práticas da cultura para novos modelos de desenvolvimento -, a literatura aponta diferentes caminhos possíveis. Um primeiro eixo envolve a valorização de saberes tradicionais e de formas de relação com a natureza baseadas em princípios de cooperação, equilíbrio e interdependência. A incorporação desses saberes em políticas e projetos de desenvolvimento exige não apenas reconhecimento, mas também a participação ativa das comunidades na definição e implementação das ações, evitando a reprodução de abordagens externas e descontextualizadas.

Um segundo eixo diz respeito à articulação entre cultura e educação, destacada como uma das estratégias mais promissoras para promover transformações de longo prazo. Ao integrar valores relacionados à



ARTIGO

sustentabilidade nos processos formativos, torna-se possível influenciar percepções, comportamentos e formas de relação com o meio ambiente, contribuindo para a construção de uma consciência ecológica mais ampla.

Por fim, iniciativas de regeneração urbana baseadas em práticas culturais e artísticas aparecem como exemplos concretos de como a cultura pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável. Esses projetos, ao fortalecerem vínculos comunitários, estimularem a criatividade e promoverem o uso coletivo dos espaços urbanos, ampliam o engajamento social e favorecem a construção de soluções contextualizadas para problemas locais. No entanto, a literatura também alerta para o risco de tais iniciativas serem apropriadas por lógicas de mercado, sem promover transformações estruturais. Nesse sentido, a participação ativa das comunidades no planejamento e na execução dessas ações se mostra essencial para garantir sua efetividade e alinhamento com os princípios de justiça social e ambiental.

De forma geral, os achados indicam que a cultura contribui para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis ao atuar simultaneamente como estrutura de sentido, mecanismo de mobilização social e campo de disputa política. Ao influenciar valores, ampliar capacidades de participação e orientar práticas coletivas, a cultura se configura como um elemento central para a construção de futuros mais justos, inclusivos e ambientalmente responsáveis. Assim, este estudo contribui ao demonstrar que a cultura deve ser compreendida como dimensão estruturante - e não complementar - dos modelos de desenvolvimento sustentável.



De que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis?



Imagem 1: De que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis? (Fonte: autoria própria).



Considerações finais

Este trabalho teve como tema a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável, buscando responder à pergunta: “De que maneira a cultura contribui para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis?”. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo geral de analisar de que maneira a cultura pode contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e, de forma específica, identificar como a cultura tem sido abordada na literatura sobre sustentabilidade, examinar sua relação com mobilização social e ação climática, e discutir suas potenciais contribuições para perspectivas ampliadas de desenvolvimento sustentável.

A relevância do tema se evidencia tanto pelo reconhecimento crescente da crise climática quanto pela inclusão recente da cultura na agenda da sustentabilidade da COP, durante a COP30, em novembro de 2025. Esse movimento sinaliza uma inflexão importante nos debates internacionais, ao reconhecer que os desafios socioambientais não se resolvem apenas por meio de soluções técnicas, mas exigem transformações nos modos de vida, nos valores e nas formas de participação social. A incorporação da cultura na agenda da COP30 não apenas reconhece sua relevância simbólica, mas evidencia uma mudança paradigmática na forma como o desenvolvimento sustentável é concebido, incorporando dimensões socioculturais como centrais e não acessórias.

Apesar disso, ainda há um distanciamento entre os debates sobre sustentabilidade e cultura, que segue sendo tratada de forma periférica ou secundária em grande parte das discussões. O problema central investigado, portanto, foi justamente essa lacuna: a ausência ou a presença limitada da cultura na reflexão sobre caminhos possíveis para um desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, socialmente justo, ambientalmente responsável e culturalmente significativo.

A síntese da literatura permitiu compreender que a cultura contribui para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis em diferentes níveis. Em primeiro lugar, enquanto construção social, a cultura organiza modos de vida, valores e códigos de interpretação da realidade, influenciando diretamente escolhas individuais e coletivas. Isso significa que modelos de desenvolvimento que pretendam ser sustentáveis precisam dialogar com os valores, imaginários e práticas culturais que tenham a sustentabilidade como centro, para que essa agenda não permaneça apenas no plano das ideias. Em segundo lugar, a cultura se mostrou um importante vetor de mobilização social e de fortalecimento democrático, ao promover autoconfiança, pertencimento, criatividade e coesão comunitária, elementos centrais para o engajamento com agendas sociais e ambientais. Por fim, a literatura indicou que políticas culturais, quando articuladas a outras políticas setoriais - como educação, urbanismo e meio ambiente -, podem contribuir para experiências concretas de regeneração urbana, valorização de saberes tradicionais e promoção de novos imaginários de futuro. Nesse sentido, os achados deste estudo contribuem para compreender por que a cultura passa a ocupar esse espaço em agendas globais como a COP30, ao evidenciar seu papel na construção de sentidos, na mobilização coletiva e na orientação de práticas sociais alinhadas à sustentabilidade.

A pesquisa também evidenciou que o acesso desigual à cultura atua como um fator que reforça outras desigualdades sociais, educacionais e territoriais. Dados sobre o contexto brasileiro mostram que raça, renda e região influenciam diretamente as oportunidades de participação na vida cultural, o que, por sua vez, impacta a capacidade de determinados grupos participarem do debate público, produzirem sentidos sobre a crise ambiental e influenciarem decisões sobre o futuro de seus territórios. Assim, compreender a cultura como dimensão estruturante do desenvolvimento sustentável significa reconhecer que não há justiça ambiental sem justiça cultural.

Do ponto de vista da gestão pública e da sustentabilidade, o trabalho contribui ao reforçar que a cultura não deve ser vista apenas como um “setor” ou como um adendo às políticas de desenvolvimento, mas como um eixo transversal que atravessa educação, planejamento urbano, políticas climáticas, direitos humanos e participação social. Para gestores públicos, os resultados demonstram que incorporar a dimensão cultural em planos, programas e políticas de sustentabilidade pode ampliar a efetividade das ações, ao considerar os modos de vida e as percepções das comunidades envolvidas. Para a sociedade, por sua vez, a pesquisa aponta que a ampliação do acesso à cultura, especialmente para grupos historicamente marginalizados, é também uma forma de ampliar a capacidade de aspiração, de participação e de construção de futuros mais justos e ecológicos. Nesse contexto, a incorporação da cultura em agendas internacionais reforça a necessidade de que essas dimensões sejam consideradas também na implementação local das políticas, aproximando diretrizes globais das realidades territoriais.



ARTIGO

Em relação às limitações, o estudo não realizou uma revisão sistemática da literatura, o que implica a possibilidade de vieses de seleção. A busca foi feita principalmente no Google Acadêmico, com ênfase em produções em português e inglês, e complementada por referências encontradas nas bibliografias dos próprios textos selecionados. Não houve avaliação detalhada da qualidade metodológica de cada estudo incluído, nem o uso de protocolos formais de revisão sistemática ou scoping review. Além disso, a pesquisa teve caráter exclusivamente bibliográfico, sem investigação de campo ou análise empírica de políticas e projetos específicos, o que limita a possibilidade de generalização e de avaliação de impactos concretos.

Ainda assim, os resultados obtidos apontam caminhos importantes para políticas públicas e pesquisas futuras. Em termos de políticas, destacam-se: a necessidade de aproximar políticas culturais de políticas de desenvolvimento e sustentabilidade, reconhecendo a cultura como dimensão estratégica; a importância de fortalecer ações intersetoriais, especialmente entre cultura e educação, com propostas formativas que incluam perspectivas ecológicas, direitos culturais e diversidade; o incentivo a projetos culturais e artísticos que atuem em territórios vulnerabilizados, contribuindo para a regeneração urbana, o fortalecimento comunitário e a construção de novas narrativas sobre futuro; a valorização e participação ativa de povos tradicionais e comunidades locais, reconhecendo seus saberes e práticas como fundamentais para pensar modelos de desenvolvimento mais alinhados à justiça ecológica.

Quanto às novas pesquisas, sugerem-se: revisões sistemáticas ou scoping reviews que aprofundem e ampliem o mapeamento da literatura sobre cultura e sustentabilidade; estudos de caso sobre políticas culturais articuladas à agenda climática e ambiental em diferentes contextos; pesquisas empíricas que investiguem os impactos de projetos culturais em processos de mobilização social e engajamento com a sustentabilidade; análises comparativas entre territórios com distintos níveis de acesso à cultura, para compreender de que maneira isso influencia percepções, práticas e possibilidades de participação em decisões sobre desenvolvimento.

Em síntese, este trabalho permitiu compreender que, ao reconhecer o desenvolvimento como um processo também cultural, a cultura deixa de ocupar um lugar periférico e passa a ser vista como elemento central na construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. A cultura contribui não apenas com símbolos e narrativas, mas com práticas, vínculos, saberes e formas de organização que podem sustentar, inspirar e viabilizar transformações necessárias diante dos desafios socioambientais do nosso tempo.

Referências:

- Appadurai, A. (2004). The capacity to aspire: Culture and the terms of recognition. In M. Walton & V. Rao (Eds.), *Culture and public action: A cross-disciplinary dialogue on development policy* (pp. 59–84). World Bank Publications.
<https://uw.manifoldapp.org/system/resource/4264e02d-6c15-4919-aba4-9b2b444e93f7/attachment/original-980ca57e647d8bf5ba7648b1d8f7dd4c.pdf>
- Barbalho, A. (2019). Política cultural, movimentos sociais e democracia: Releitura de questões a partir de “Políticas culturales y crisis de desarrollo”. In *Política cultural: Conceito, trajetória e reflexões*. Editora UFBA. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32115/1/POLITICA-CULTURAL%20-%20RI.pdf>
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Gestão e Sociedade*, 5(11), 121–136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- Broome, M. E. (1993). Integrative literature reviews for the development of concepts. In B. L. Rodgers & K. A. Knafl (Eds.), *Concept development in nursing* (pp. 231–250). Saunders.
<https://www.researchgate.net/publication/238248432>
- Calabre, L. (2019a). Desenvolvimento e políticas culturais: Visões e revisões. In L. Calabre & L. A. Rodrigues (Orgs.), *Escritos sobre políticas culturais* (pp. 45–58). Fundação Casa de Rui Barbosa.
https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/escritos-sobre-politicas-culturais_miolo2.pdf



ARTIGO

- Calabre, L. (2019b). Cultura e territorialidades: Políticas culturais, territórios e identidades. In L. Calabre (Org.), *Escritos sobre políticas culturais* (pp. 195–214). Fundação Casa de Rui Barbosa.
https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/escritos-sobre-politicas-culturais_miolo2.pdf
- Calabre, L. (2019c). Sobre o conceito de políticas culturais. In *Política cultural: Conceito, trajetória e reflexões*. Editora UFBA.
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32115/1/POLITICA-CULTURAL%20-%20RI.pdf>
- Clammer, J. (2012). *Culture, development and social theory: Towards an integrated social development*. Zed Books.
<https://dokumen.pub/culture-development-and-social-theory-towards-an-integrated-social-development-9781350219465.html>
- COP30. (2025). O que é a COP. <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/o-que-e-a-cop>
- Dias, C. G. (2023). Planejamento da cultura: Políticas culturais, UNESCO e Brasil (1966–1988). Dados – *Revista de Ciências Sociais*, 66(1). <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.1.280>
- Elsley, S., & McMellon, C. (2010). *Starting young?: Links between childhood and adult participation in culture and science*. Scottish Government Social Research. <https://files.core.ac.uk/download/4152380.pdf>
- García Canclini, N. (2019a). A melhor política cultural é a que não existe? In *Política cultural: Conceito, trajetória e reflexões*. Editora UFBA.
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32115/1/POLITICA-CULTURAL%20-%20RI.pdf>
- García Canclini, N. (2019b). Políticas culturais e crise de desenvolvimento: Um balanço latino-americano. In *Política cultural: Conceito, trajetória e reflexões*. Editora UFBA.
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32115/1/POLITICA-CULTURAL%20-%20RI.pdf>
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. LTC.
https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023a). *Sistema de informações e indicadores culturais 2011–2022: Informativo*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102053_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023b). *Sistema de informações e indicadores culturais 2011–2022: Notas técnicas*.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102053_notas_tecnicas.pdf
- Laraia, R. B. (2001). *Cultura: Um conceito antropológico* (14ª ed.). Jorge Zahar.
<https://petarquiteturaufmg.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/laraia-cultura-um-conceito-antro-polc3b3gico.pdf>
- Lima, L. P. B., Ortellado, P., & Souza, V. (2013). O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura.
<https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/o-que-sao-as-politicas-culturais.pdf>
- Matarasso, F. (1997). Conclusions. In *Use or ornament? The social impact of participation in the arts* (pp. 74–84). Comedia. <https://arestlessart.com/wp-content/uploads/2015/09/1997-use-or-ornament.pdf>
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 17(4), 758–764. <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>



- Ortiz, R. (2008). Cultura e desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, 1(1), 122–128.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3194/2304>
- Silva, R. M. D. (2014). As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: Mudanças institucionais e modelos de agenciamento. *Sociedade e Estado*, 29(1).
<https://www.scielo.br/j/se/a/pkCD7nQQmzBs39DnCGXCyBf>
- Souto, M. (2025, novembro 12). Na COP30, cultura integra a agenda de ação climática pela primeira vez.
<https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/na-cop30-cultura-integra-a-agenda-de-acao-climatica-pela-primeira-vez>
- Souza, M. T., Silva, J. D., & Carvalho, R. P. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 59–64. <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx>
- Torraco, R. J. (2005). Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), 356–367.
[https://www.homeworkforyou.com/static_media/uploadedfiles/Torraco%20\(2005\).pdf](https://www.homeworkforyou.com/static_media/uploadedfiles/Torraco%20(2005).pdf)
- Velho, G., & Viveiros de Castro, E. B. (1978). O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: Uma perspectiva antropológica. *Artefato: Jornal de Cultura*, (1).
<https://www.scribd.com/document/903572319>
- Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: Updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546–553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>